



Número: **0803011-60.2018.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **15/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.618,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIZABETE DOS SANTOS OLIVEIRA (AUTOR)		GABRIELE MOREIRA LIMA OLIVEIRA (ADVOGADO) AMANDA RATHGE FERRARO SOARES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
LUCIANO JOSE LIRA MENDES (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37796 201	14/12/2020 12:01	2664023_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA RITA/PB

Processo: 08030116020188150331

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIZABETE DOS SANTOS OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 3.881,75 (TRÊS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Verifica-se que embora o ilustre perito não tenha enquadrado a lesão no punho de acordo com a tabela de gradação da lei, quando aponta limitação funcional no antebraço direito, no percentual de 50%, é possível identificar que a lesão ali informada deve ser enquadrada como **PUNHO DIREITO**, em observância ao mencionado no quesito II, letra a, do referido laudo.

a) Qual (quais) região (regiões) corporal (is) encontra(m)-se acometida(s)?
PUNHO DIREITO E ABDOMEN

E ainda, de acordo com toda documentação médica acostada ao processo a lesão sofrida foi no punho direito:

Paciente ELIZABETE DOS SANTOS OLIVEIRA	Sistema de Atendimento 103905	Data/Hora Entrada 15/08/2017 08:56:08	DESTINO DO PACIENTE
Data de nascimento 10/09/1981	Idade 35	Sexo Feminino	Procedimento 103905
Tempo de internação 56 20h 56min	Convênio SUS		Plano DIURNO

EVOLUÇÃO DO PACIENTE (PEDRO HENRIQUE GUTIERREZ VARGAS FREITAS - 19/08/2017 12:38:03)

EVOLUÇÃO DO PACIENTE
descrição da evolução:
##Ortopedia##

Paciente em 4DIH após acidente automobilístico queixando-se de dor em punho direito. Apresentando edema importante. Neurológico sem alterações. Ao RX: Fratura de rádio distal direito. CD: Programar cirurgia. Aguardo a evolução das demais clínicas. Solicito laia axilopalmair

STAFF: Dr. Indalécio Pacelli

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





CNS: 4545454 - Tel.:		MÉLO NOVAIS MIRANDA Em: 29/08/2017 14:50:58	
Paciente ELIZABETE DOS SANTOS OLIVEIRA	Boletim de Atendimento 1029098	Data/Hora Entrada 15/08/2017 08:56:06	Data/Hora Saída
Data de nascimento 30/09/1991	Idade 35	Sexo Feminino	CNS 703707191873195
Tempo de Internação 13d 22h 20min	Convênio SUS	Prontuário 163686	
		Plantão DIURNO	

EVOLUÇÃO DO PACIENTE (GLAUBER MELO NOVAIS MIRANDA - 29/08/2017 14:50:53)

EVOLUÇÃO DO PACIENTE
DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:
#ORTOPEDIA
- FRATURA DE RÁDIO DISTAL

Sendo assim, o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Avaliação Médica Administrativa:

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):
Punho direito

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio (**X**) 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

Região Corporal (Sequela):
Esplenectomia

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa (**X**) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

Avaliação Médica Judicial:

Segmento anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão ANTEBRACO DIREITO LIMITAÇÃO FUNCIONAL	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão ESPLENECTOMIA	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 16/03/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:
VALOR TOTAL: 3.881,25

*****TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: ELIZABETE DOS SANTOS OLIVEIRA
BANCO: 104
AGÊNCIA: 01911
CONTA: 000000003665-7

Nr. de Autenticação EDP5BRFAB4877558

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidirá a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/12/2020 12:01:18
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121412011882300000036054491
Número do documento: 20121412011882300000036054491

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Caso não seja este o entendimento do Douto Magistrado, requer a intimação do ilustre perito para informar com precisão a lesão apurada no autor, sendo certo que toda documentação acostada aos autos apontam lesão no punho direito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SANTA RITA, 10 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

